

As Indústrias Florestais, o PRR e a Coesão do Território

Clemente Pedro Nunes *



As florestas são o maior sumidouro natural do CO₂ que existe na atmosfera, pelo que qualquer política séria e eficaz de “descarbonização” terá obrigatoriamente de promover as atividades económicas ligadas às florestas que permitam tornar sustentável a respetiva gestão.

Isso é particularmente importante nas regiões do Interior Norte e Centro, cujas populações têm sido massacradas nos últimos vinte anos por sucessivos incêndios rurais que foram destruindo as bases do sustento económico e da coesão social das respetivas populações. Com particular dramatismo no ano trágico de 2017. São, assim, de salientar duas fileiras industriais de base florestal de grande relevância nestas regiões:

- A recolha e posterior utilização energética dos sobrantes da biomassa florestal.

O excesso de biomassa florestal deixado nos terrenos é um dos fatores que mais facilitam a propagação dos incêndios rurais.

Para viabilizar economicamente o respetivo corte e recolha é necessário otimizar a sua utilização para produzir quer eletricidade, em Centrais Térmicas dedicadas, quer pellets ou lenha para ser utilizada para aquecimento.

- A utilização de árvores de desbaste para se produzir prensados de madeira.

Os prensados de madeira e os seus derivados, incluindo portas, mobiliário e outros materiais de construção/decoração, são uma excelente forma de “armazenar o carbono” da atmosfera por longos anos.

É também um meio para valorizar os sobrantes florestais, para que os pequenos proprietários do minifúndio do Interior Norte e Centro possam ter condições para gerirem adequadamente as respetivas propriedades.

Ora a atual versão do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência propõe que se gastem dezenas de milhões de euros a comprar ainda mais aviões e helicópteros para combater os fogos florestais mas não apoia prioritariamente a gestão florestal do minifúndio, o que constitui um grave erro de avaliação estratégica. É, pois, indispensável que o texto final do PRR atribua uma alta prioridade ao apoio a estas duas fileiras florestais, ao contrário do que consta nas versões já conhecidas.

Como exemplo paradigmático da necessidade de utilizar o PRR para promover estas duas fileiras industriais observemos o que se tem passado no Concelho de Tomar. Nestas terras templárias, cuja defesa foi decisiva há 900 anos para a própria fundação de Portugal, assistiu-se ao lamentável encerramento de várias indústrias ligadas à fileira florestal e que haviam sido criadas ao longo do Século XX: as fábricas de papel da Matrena, de Porto de Cavaleiros e do Prado, e agora a fábrica de folheados de madeira da Platex. Num importante Con-

celho onde começa o Pinhal Interior deixou de existir qualquer indústria ligada à fileira florestal!

É de sublinhar que também não existe nenhuma Central Térmica a biomassa em toda a zona do Pinhal Interior que engloba os Concelhos de Ferreira do Zêzere, Vila de Rei, Abrantes, Figueiró dos Vinhos, Oleiros, Pedrogão Grande e Castanheira de Pera, todos eles de elevada densidade florestal!

A Ministra da Coesão Territorial tem de ultrapassar as “sensibilidades dos gabinetes com ar condicionado de Lisboa” e conseguir que o PRR inclua propostas que resolvam os problemas concretos do Desenvolvimento do Interior, para que as populações que aí habitam dele beneficiem.

Assim o exige uma Democracia de Qualidade.

PS - Morreu António Almeida Henriques, ilustre Presidente da Câmara de Viseu. Estivera com ele em Novembro passado para analisar a logística de recolha de biomassa que estava a implantar em Viseu. Curvou-me perante a sua memória e tudo farei para que esse sistema pioneiro seja alargado aos restantes Concelhos de elevada densidade florestal. Como ele sonhou, a bem das populações do Interior. ◀

* Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico
 Subscritor do Manifesto “Por Uma Democracia de Qualidade”

Artigo escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico